

Transformações na cidade e na vida dos trabalhadores em Santa Helena\PR (décadas de 1980-2000)

ROSANE MARÇAL DA SILVA¹

Neste artigo aponto e discuto alguns elementos acerca dos conflitos e das relações vivenciadas pelos trabalhadores, na relação com os grupos dominantes de Santa Helena/Paraná², tendo por base as articulações e mudanças vividas nos anos 1980-2000, principalmente no que se refere a instalação da atividade industrial neste município³. Para tanto, utilizei-me da documentação obtida, na Câmara dos Vereadores, na imprensa local, principalmente o jornal Costa Oeste e algumas entrevistas realizadas com trabalhadores do setor de confecções têxteis e do vestuário⁴.

As fontes de pesquisa indicaram os anos 1980 como o ponto de partida para compreender as discussões sobre o processo de intensificação da produção industrial na região oeste do Paraná. Os registros escritos, tais como atas, revistas e jornais, bem como, as narrativas orais, deixam indícios de que esta década se constituiu como um momento importante para compreender um campo complexo de conflitos entre o hegemônico e o dissidente, pois na perspectiva dos grupos dominantes, aqueles anos marcaram um período de crise econômica e política, e também foi o início de uma fase de progresso e desenvolvimento.

Esta visão positiva caracterizada como início de uma “nova” fase para o município de Santa Helena, se constituiu depois da formação do Lago de Itaipu, especificamente em finais dos anos 1980 e início de 1990, e é um elemento importante para entender como as lideranças do governo municipal de Santa Helena pautados em seus interesses, buscaram se adequar às relações colocadas naquela ocasião.

Ao destacar noções de crise e desenvolvimento para se referir e expressar as relações colocadas num mesmo período histórico, os grupos dominantes fornecem elementos de um

¹ Doutoranda pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Bolsista CAPES.

² Localiza-se na microrregião do extremo Oeste do Paraná, às margens do Lago de Itaipu e fica a uma distância de 619 km de Curitiba – capital do Estado. Com uma população estimada de 24.895 habitantes (Censo demográfico de 2013, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), o município de Santa Helena limita-se ao norte com Entre Rios do Oeste, ao sul com Missal e Itaipulândia, ao leste com São José das Palmeiras e Diamante do Oeste, ao oeste com a República do Paraguai (Lago de Itaipu).

³ Este artigo é parte da pesquisa que desenvolvo junto ao programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia

⁴ Os trabalhadores entrevistados são identificados com pseudônimos.



processo conflituoso entre sujeitos que pautam suas relações a partir de lugares e interesses sociais específicos.

Para desvendar e identificar o teor das relações conflituosas que perpassaram as dimensões sociais daqueles anos e o processo que levou aos debates acerca da produção industrial, faz-se necessário algumas reflexões sobre as formulações dos setores das classes dominante, principalmente, as definições de crise e de progresso remetidas ao mesmo período.

Os grupos dominantes fazem referência a uma história harmoniosa que pretende mostrar o “progresso” e a “qualidade de vida”, pautados numa versão da história que visa constituir a formação do Lago de Itaipu como o marco das transformações. Na perspectiva dominante, foi este acontecimento que desembocou num movimento de industrialização e na constituição urbana das cidades do Oeste do Paraná, pois com o alagamento das terras, alguns daqueles sujeitos que sobreviviam do trabalho agrícola perderam suas formas de sobrevivência e precisaram se deslocar para as cidades.

Desse processo, os setores ligados ao poder político e empresarial, costumam frisar aquilo que eles enxergam como positivo, entendendo que foi a formação do Lago que propiciou a constituição de uma cidade turística com destaque para a implantação do balneário, bem como ocasionou o processo de intensificação da produção industrial.

Os projetos de turismo e industrialização são vistos pelos setores dominantes como o símbolo do “desenvolvimento” que o lago proporcionou, especificamente a partir de 1990, quando o município projetava-se como “local de progresso”, em virtude da riqueza proporcionada pelos royalties⁵ pagos pela Itaipu Binacional (LANGARO, 2005: p.66). Os projetos de turismo e de industrialização passaram a compor a pauta administrativa como propostas de crescimento econômico e social que colocariam o município numa nova etapa que prometia ser benéfica a cidade e aos “santa-helenenses”.

A preocupação quanto às consequências da formação da hidrelétrica de Itaipu para a região e os rumos administrativos que assumiriam a partir de então era compartilhada pelo conjunto dos municípios, especificamente aqueles localizados às margens do Lago de Itaipu, como é o caso de Santa Helena -, um dos municípios que mais recebe royalties pagos pela Itaipu Binacional.

Na avaliação do ex-prefeito, Júlio Morandi⁶, o alagamento pelo reservatório de Itaipu também “[...] teve, *inicialmente*⁷, impacto negativo para os moradores da região [...]”⁸

⁵ Constituem-se em compensações financeiras pagas por Itaipu aos governos brasileiro e paraguaio, em virtude da utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná para a produção de energia elétrica na Itaipu Binacional.

⁶ Foi prefeito municipal durante os anos de 1987-1988 e de 1993-1996.

⁷ Grifo meu.

⁸ Ao contrário da década de 1980, quando os dirigentes municipais apontavam para um momento de crise econômica atribuída, em boa medida, como uma das consequências da construção da Usina Hidrelétrica de

(JORNAL COSTA OESTE, 1996: p. 8). O reservatório, de acordo com ele, ocupou 33% da área agricultável. Isso fez com que o município “parasse” por falta de perspectivas, ocasionando: “migração em massa e os que ficaram, não tinham certeza de futuro, por falta de informação. Falava-se, na época, que o lago acarretaria terremotos e outras catástrofes, tudo isso contribuindo para o esvaziamento de atividades produtivas continuadas” (JORNAL COSTA OESTE, 1996:8).

Estes apontamentos corroboram com o argumento de que diante das relações e transformações que marcaram aqueles anos de finais de 1980 e início de 1990, as lideranças do governo municipal de Santa Helena e da região oeste do Paraná, buscavam se adequar aquelas relações através da industrialização.

Através dos documentos governamentais foi possível perceber que a elite política procurava demarcar o esforço dos setores dominantes na construção de uma perspectiva de “desenvolvimento” que seria alcançada via “industrialização” e a “exploração” das atividades de turismo. Tais projetos seriam financiados, principalmente, com os recursos provenientes dos royalties pagos pela Itaipu.

Dessa forma, ficava explícito que os dirigentes do governo buscavam produzir o convencimento de que o município iniciava uma “nova fase”, na qual era necessário que os grupos dirigentes e a população em geral, ficassem cientes de que o alagamento das terras do município mexeria com sua base econômica e seu modo de sustentação, portanto, era preciso industrializar.

O momento se constituía como um problema tanto para os agricultores que perderam suas terras, quanto para os grupos dirigentes que viam a necessidade da industrialização, mas ao mesmo tempo percebiam que Santa Helena não tinha “vocação industrial” (ATA 666: 01/08/1983). Ainda assim, buscavam a aceitação dos diferentes grupos e classes sociais, de modo que pudessem apoiar tal plataforma social e política.

Na perspectiva do jornal Costa Oeste, os comerciantes de Santa Helena tinham resistência em relação às novidades e avanços tecnológicos. Pautados nesta concepção, os responsáveis pela redação do jornal perguntaram a Rudi Braun, secretário da Secretaria de Indústria Comércio e Turismo (1997), como ele via esta questão. Na tentativa de responder Braun argumentou: “Eu vejo com naturalidade por ter conhecimento que o comerciante de Santa Helena nato, não tem uma vocação própria para a atividade pelo fato de a maioria ter sido oriunda da agricultura” (JORNAL COSTA OESTE, 1997:3).

Itaipu, a partir de 1990, a administração municipal construía e projetava o município como “local de progresso”, em virtude da riqueza proporcionada pelos royalties pagos pela Itaipu. (Ver: SILVA, 2011 e LANGARO, 2005).

O fato dos empresários serem provenientes da agricultura era visto como empecilho à realização desse projeto. Isto em alguma medida refletia as divergências e fragilidades existentes entre o grupo dirigente municipal e os projetos por eles elaborados. A fala de Rudi Braun permite concluir que o projeto de industrialização, da forma como era vislumbrado pelos representantes do governo, em finais dos anos 1980 e início de 1990, não era possível de se concretizar, por não estar coerente com a realidade do município e a trajetória da população, incluindo os próprios empresários.

A origem e a ligação dos comerciantes com as atividades agrícolas foram os argumentos utilizados para enfatizar a suposta resistência dos comerciantes em se “atualizar” para as “dinâmicas do mercado”. Um mercado que, a partir da perspectiva dominante, passava a exigir mudanças nas concepções de trabalho e organização tanto do trabalho quanto dos negócios comerciais, exigindo mudanças no comportamento dos sujeitos.

Com base nestes argumentos, é possível constatar uma concepção de desenvolvimento que aponta como contraponto o atrasado e o moderno. Aqueles que não acatassem as mudanças eram identificados como símbolo de ameaça à consecução desse projeto político e social, pois o objetivo dos representantes do governo era instalar indústrias para gerar emprego renda e “transformar” “o município de essencialmente agrícola em cidade industrial, comercial e turística também” (JORNAL COSTA OESTE, 1997:8).

Esta concepção de desenvolvimento, como destacou Souza, se tornou “hegemônica em nossa sociedade”, pois tende a associar “as idéias de progresso, de bem-estar, de melhoria, a um sentido evolutivo unilinear, onde os povos puderam ser classificados numa escala que vai do atraso ao progresso, do tradicional ao moderno, ou ainda do subdesenvolvido ao desenvolvido” (SOUZA, 2009: 27).

Parece que, na perspectiva dominante a população deveria acreditar na industrialização, pois esta era a resposta para a crise gerada pela Itaipu. Para implementar a proposta de industrialização, a classe dominante viabilizou a implantação de parques industrial, através de incentivos as empresas. No mandato de Morandi (1987-1988) foi elaborado e aprovado o projeto do primeiro Parque Industrial, denominado Parque Industrial I⁹. As lideranças do governo acreditavam que a industrialização era uma forma de “adaptar a economia” municipal “às necessidades e imposições de um novo tempo”. (GIOVANELLA; COPINI, 1988:12).

⁹ Este Parque Industrial foi implantado através da lei 415 de janeiro de 1987.

Na década de 1990 a administração se dedicou a ampliar a área destinada para a implantação de indústrias. Conforme revista da época, a administração adquiriu 72,6 mil metros quadrados para o Parque Industrial II¹⁰ e 37 mil metros quadrados para o Parque Industrial III¹¹, “representando aumento de 174% da área industrial em quatro anos” (PREFEITURA DE SANTA HELENA; JORNAL COSTA OESTE, 1996:6).

As relações colocadas na vida dos trabalhadores que permaneceram no município de Santa Helena a partir da década de 1980 refletem as mudanças sociais daquela ocasião, atingindo aqueles que permaneceram no meio rural e aqueles que foram para a sede municipal e outros municípios da região.

Conforme o vereador Airton Luis Oberger¹², a instalação de indústrias na sede municipal e próximo ao meio rural era algo positivo, permitia que os filhos dos agricultores permanecessem no município e atraísse pessoas de outras cidades para morar lá (ATA 1790 de 16/02/2004).

O parecer desse vereador remeteu ao processo de mudanças que atingia o modo de vida das pessoas, seja do meio urbano ou do rural. O trabalhador Simeão narrou elementos desse processo, chamando atenção para a questão da necessidade de estudo dos filhos dos agricultores e sua frustração em relação a isto, porque, de acordo com ele, poucos eram os filhos de agricultores que permaneciam no meio rural, “noventa e nove vírgula nove por cento, estuda, se forma e vêm pra cidade” (Simeão, 65 anos:13/11/2009).

Em sua concepção este era um problema político, uma vez que, se os representantes do governo “soubessem trabalhar”, os filhos dos agricultores poderiam estudar e permanecer no campo, mas do jeito que estava ele projetava uma visão pessimista de que: “a lavora vai acabar porque o grande, ele tem poder e o colono pequeno, ele não tem poder, ele tem que depender daquele dinheiro, os empréstimo do governo [...] e os fio [filhos] si forma e num querem fica trabalhando” (Idem).

Seguindo a linha de raciocínio de Simeão, estas relações se complicavam e constituíam problemas sociais, por que ao sair do campo, os filhos dos agricultores precisavam de trabalho na cidade, mas onde e como conseguir um emprego se as pessoas que estavam na cidade também estavam à procura de vaga?: “Por que daí vem pra cidade já tem o pessoal da cidade”.

¹⁰ Localizado no prolongamento da Rua Argentina, junto ao Parque Industrial I. Na extensão que compõe o Parque Industrial II, instalou-se as empresas: Kozerski Indústria de Móveis e a Cerâmica Imperial. Ver Mapa em

¹¹ Através da lei 1.409 de 20 de agosto de 2002, este parque passou a ser denominado Parque Industrial Cirillo Caumo”, localizado na PR-448, km 67, Linha Buricá.

¹² Secretário de Educação e Cultura de Santa Helena (2005-2008), em 2009, foi secretário de finanças da administração municipal.

A concentração das pessoas na cidade ocasiona outros problemas sociais que, de acordo com esse trabalhador, localiza uma triste realidade, por vezes, indicada a partir dos índices de “marginalidade”. Para ele, o problema não era exclusividade de um determinado lugar, pois no meio rural ou na cidade as relações sociais e as dificuldades colocadas naquele contexto, atingiria a vidas das pessoas.

Neste sentido Ana enfatizou, que na “[...] agricultura hoje o pessoal de lá não tá conseguindo sobreviver, eles vêm pra cá não tem mais o que fazer aqui e acaba virando um conjunto de desemprego um querendo passar [...], querendo passar a perna no outro, né? Pra si dá melhor [...]” (Ana, 42 anos:10/01/2012).

A própria decisão de sair do meio rural não se dá ao acaso, normalmente, a família dos trabalhadores, buscavam construir a vida na cidade, porque a agricultura não dava conta de mantê-los. Na avaliação dos trabalhadores o trabalho é necessário para a “sobrevivência, porque sem trabalho não vive, si tu não tem um meio, né? Agricultura, né? A pessoa que não tem terra pra planta, ela tem que acha um outro serviço [...]” (Rebeca, 60 anos: 29/11/2011).

Oberger destacou a existência de novas construções, a formação de propriedades pequenas, chácaras e sítios que estavam sendo valorizados com os novos investimentos por parte da administração e dos próprios proprietários. Ele destacou que, muitos proprietários construía e investiam em chiqueiros e aviários, bem como melhoravam suas casas. A administração municipal, por sua vez, investiu em empresas alimentícias, como a fábrica de biscoitos Santa Gemma inaugurada em 2008, e a implantação da Unidade Produtora de Pintainhos da Cooperativa Lar, com sede em Vila Celeste.

No entanto, as narrativas dos trabalhadores demonstram que esse processo foi muito mais complexo. Os pais de Ana, por exemplo, permaneciam no meio rural, especificamente na Linha Braço do Norte, pertencente ao distrito de São Clemente, mas se manter na roça também era difícil, porque normalmente os agricultores possuíam salário somente em épocas de colheita¹³.

A instabilidade do trabalho rural lança a expectativa de conseguir um trabalho nas fábricas, pois os trabalhadores enxergam a possibilidade de garantir um salário fixo no final do mês. Isso os impulsionava a permanecer no trabalho fabril. Esse foi o processo vivido por Maria Rita e seu esposo, ambos trabalhavam na mesma indústria de confecção têxtil:

¹³ Ana destacou que seus pais plantavam algodão e soja “e a gente criava também... sempre o pai teve criação de vaca, né? O leite, porco, galinha essas coisa, então era o meio de sobrevivência que a gente tem. Até hoje eles tão na lavoura ainda, né? Hoje eles [são] produtor de leite mais na época então ele [seu pai] plantava algodão e soja [...]” (Ana, 42 anos:10/01/2012).

[...] na fábrica você tem o salário todo mês garantido e na agricultura não. Quem ele [seu esposo] trabalhava no plantio, quatro, cinco meses por mês que conta. Ganha bem na agricultura mais vamos dizer assim, só são quatro, cinco meses por ano, os outros meses, vamos dizer, você tem que economiza aqueles quatro, cinco meses pra se manter por resto do ano, né? E na fábrica não, se chove, se tem sol, você tá lá, mais você vai receber, né? (Maria Rita, 27 anos: 06/02/2012).

Desde adolescente Maria Rita trabalhava na agricultura com a família (seus pais tinham 3 alqueires e meio de terra), plantavam, entre outras coisas, fumo, milho e mandioca. Quando a questioneei como foi entrar numa indústria e quais as mudanças que isso representou em sua vida, ela destacou:

[...] eu vou falar como foi o meu primeiro dia: apesar de eu já ter o curso de costura eu não tinha assim, não tinha vamos dizer assim, né? Produção, não tinha qualidade ainda na costura. Então, eu achei difícil porque eles começaram a me cobrar, né, então por várias vezes, eu vinha pra casa chorando por causa que em casa, por mais que a gente trabalhava mais a mãe não xingava e daí, então tinha uma estranha que vinha do meu lado e me xingava que eu tava fazendo errado (Idem).

A partir da presença de pessoas “estranhas” pressionando e cobrando produção, ela demarcou alguns aspectos que diferenciavam a relação com o trabalho, a começar pelo fato de que o trabalho da roça ela sabia fazer e na fábrica ela não dominava as funções que eram exigidas.

Além de não conhecer as etapas da produção, as pessoas “estranhas” não a ensinavam com a mesma paciência que seus familiares. A “liberdade” e o prazer de um trabalho acolhedor eram substituídos por um ritmo acelerado.

Se submeter e buscar se adaptar a estas condições era uma necessidade que, expressava as dificuldades enfrentadas pelos agricultores e, também, marcava mudanças na vida pessoal dos trabalhadores, principalmente, quando se veem em situações que não eram previstas, por exemplo, uma separação, ou, uma gravidez inesperada.

Maria Rita acabava de ser mãe de sua primeira filha quando foi contratada para trabalhar na indústria de confecção. Ela argumentou que queria oferecer a filha mais do que o alimento necessário para viver, pois também queria ter recursos para “comprar roupas boas, quer comprar [...] coisas que ela vai gostar, né? Então, a necessidade de você querer dá uma coisa melhor do que eu tinha, dá uma coisa melhor pra ela. Então, acho que foi isso que me levou a querer ir trabalhar fora”¹⁴.

¹⁴ Aos 19 anos ela ficou grávida e durante a gestação se dedicou a fazer o curso de costura industrial, após 3 meses do nascimento da filha ela começou de trabalhar numa fábrica de costura.

De famílias ligadas ao trabalho rural, um número significativo dos trabalhadores, principalmente, aqueles com idade entre 35 e 50 anos se referiam ao trabalho rural com positividade, como um trabalho prazeroso, mas diante da falta de terra e condições para permanecer nela, eles precisaram engrenar rumo às indústrias para garantir a sobrevivência.

Porém, trabalhadores como Ana ainda cultivavam o sonho de um dia voltar a viver no meio rural: “[...] Eu adoro mexe com terra, meu sonho um dia si eu pudesse era voltar pra lavora, com as dificuldades todas que tem, eu adoro isso... é plantar, colher, está ali em função [...]”. Neste mesmo sentido, Eva destacou que se “pudesse voltar pra colônia eu dava tudo. Eu não gosto da cidade” (Eva, 49 anos: 04/11/2011).

Para avaliar a vida e o trabalho rural de forma positiva, os trabalhadores utilizam como parâmetro de comparação as relações vividas na cidade. São mudanças que mexeram com os valores e a organização da vida no ambiente de trabalho e nas relações sociais.

Quanto às mudanças que o trabalho industrial ocasionou na vida dos trabalhadores da cidade, Ana destacou aspectos referentes às mudanças no conjunto familiar, os costumes e seus valores:

[...] muitas vezes a gente não tem esse tempo de no final da tarde, ou na hora do meio dia, ou geralmente sempre porque quase a gente não si vê mais, né? É muito difícil, é só à noite, então, a gente senta toma chimarrão, conversa aquele pouco e logo tem que cuida dos afazer que logo tá na hora de dormi de novo. Então [...] hoje as famílias perderam muito esse jeito de viver como família, né? Porque quando eu era jovem que a gente tinha... que eu estava com o pai e a mãe em casa que a gente trabalhava na roça, a gente tinha mais aquele tempo de sentar na mesa na hora do meio dia todos junto embaixo de um pé de arvore, contar causo, dá risada, viver aquele momento, né? À noite também, mesmo com tudo o trabalho que tem na lavora... só que aqui na, nós que vivemos na cidade, né? Esse tempo vai parece que ele vai si esgotando que é minuto a minuto parece que o dia deveria de ter mais doze mais, mais vinte e quatro horas a mais pra fazer o que você tem que fazer. E muitas vezes a gente deixa a deseja, né? (Ana, op. Cit.).

Esta trabalhadora chamou atenção para as mudanças referentes à organização de tempo, traçando um paralelo entre a experiência da agricultura e a vida na cidade. No meio rural ainda existia certo respeito aos ritmos biológicos e sociais, já na cidade as pessoas vivem “num corre, corre”, não conseguem se reunir, tampouco conversar sem estar preocupadas com os afazeres. A casa passou a ficar vazia, onde as pessoas se encontram a noite para se preparar para os compromissos da jornada de um novo dia.

Conforme bem destacou Izabel Cristina Ferreira Borsoi “o ritmo e o tempo dentro de uma dinâmica de vida rural seguem, de certa forma, a lógica da natureza, com lida do nascer ao pôr do sol; na indústria, o ritmo e o tempo seguem a máquina e o relógio e, às vezes, nem sequer o sol é vislumbrado durante o dia [...]” (BORSOI, 2005:79). O ponteiro do relógio

controla cada minuto da vida, construindo uma racionalidade temporal diferente daquela da roça.

Ao contratar, as empresas passam a controlar o tempo e interferir na vida dos trabalhadores. Diferente da agricultura, agora (nas empresas) o relógio determina a hora de entrar e sair do trabalho.

Este processo de sair do meio rural e ir para a cidade, na avaliação de Ana, leva as pessoas a perder o controle sobre o tempo e sobre a própria vida, por vezes, sentem uma desorganização interna, onde não se satisfazem consigo mesmas, pois percebem que o dia é curto para cumprir com todas as obrigações diárias: “parece que o dia deveria de ter mais doze mais, mais vinte e quatro horas a mais pra fazer o que você tem que fazer” (Ana, op. Cit.).

Esta dinâmica provoca a auto cobrança em que pensam que não fazem o suficiente, alimentando a sensação de que poderiam fazer sempre mais, pois “deixam a desejar”. Estas relações e condições, na concepção dessa trabalhadora, ocasionam a competição entre as pessoas, onde todos correm “[...] querendo passar a perna no outro, né? Pra si dá melhor [...]” (Idem).

Ana acreditava que a rotina da vida na cidade, o cumprir horário, além de ser fisicamente cansativo, com o passar do tempo: “mata os valores, né? A família se acaba e você não encontra um rumo pra seguir” (Idem).

Na avaliação dessa trabalhadora, para manter os laços familiares era necessário a prática religiosa, pois “a religião faz parte da família, eu acho que a família que não tem religião não segue eu acho que não tem como viver” (Idem).

Pude perceber que, para essa trabalhadora os valores familiares e religiosos se articulavam dando sentido e definindo o lugar do trabalho em sua vida. Ela entendia que a família era “um laço sagrado” e acreditava na necessidade de se reunir para conversar, sair juntos e ir à Igreja. Porém, a correria do cotidiano impedia que isso acontecesse: “a gente não tá encontrando esse tempo quase, né?”. Esta realidade despertava nela o desejo de voltar a viver no meio rural, onde passou a infância.

A conexão que os trabalhadores estabeleceram entre trabalho, família e prática religiosa, constituía um modo de viver e conduzir a vida, buscando elementos e relações fora do trabalho que pudessem dar um sentido à vida e ao próprio trabalho. Ana assim como Conceição atuava na coordenação de grupos de família vinculadas a Igreja Católica. Neste sentido, Conceição destacou que era necessário ter fé, porque senão “a gente para no meio do caminho”.

[...] a fé é tudo que você tem, confiança em Deus porque Deus é o único que te entende, é o único que você pode confiar, é o teu amigo que, é amigo mesmo. Eu acho que a Igreja é a parte mais importante que você tem na sua vida, na família [...] (Conceição, 33 anos: 06/01/2012).

Para encarar a realidade com os desafios e as mudanças na vida profissional e familiar era preciso o amparo encontrado nos valores e nas crenças religiosas que davam o sentido de “esperança”, de confiança, diante de uma realidade desanimadora, pois a “confiança em Deus” parece reanimar as forças para a vida em sociedade.

As mudanças que Ana se referiu envolviam e afetavam as relações de família, de trabalho e de amizade, porque, já não conseguia construir “aquela amizade verdadeira”, que pudesse confiar e estabelecer relações de ajuda mútua, podendo: “contar com as pessoas e as pessoas tá disposta a ti ajudar, sabe? Você ajuda as pessoas e na mesma hora você leva uma rasteira, sabe?” (Ana, op. Cit.).

Se voltando para o universo do trabalho, ela frisou que as pessoas não:

[...] tentam si ajudar, elas tentam passar a rasteira uma na outra pra passar na frente. Elas sempre querem tá em primeiro, né? I eu já não penso assim, eu gosto de ajudar e trabalhar em equipe, sabe? [...] não porque assim dizer que eu sô puxa saco da patroa, né? Não, não é isso... que o trabalho vá bem... pra toda equipe ir bem i ninguém ficar pra traz, todas caminharem junto e ninguém si prejudica [...] (Idem).

Na avaliação de Ana, alcançar o sucesso profissional e estar em “primeiro lugar” é algo que leva as pessoas a desrespeitar as outras, perdendo os valores morais de respeito, companheirismo e da busca pelo benefício do grupo e não somente para atingir objetivos individuais.

Se colocando na contramão desse processo, ela não compartilhava dessas ideias, pois aos seus olhos, isso: “faz com que não cresça, faz com que regrida, né?”. Para Ana, este era um aspecto que demarcava as diferenças: “[...] da onde eu vim pra onde eu tô agora. É sempre aquele corre, corre, é sempre uma querendo chegar mais depressa do que a outra” (Idem).

A base de argumentação dessa trabalhadora era sua experiência no campo, de onde ela estabelecia as diferenças entre os significados e os sentidos do trabalho: “lá [no campo] você trabalha com a mentalidade das pessoas simples, sabe? Aquelas pessoas que trabalham tanto pra elas e quando precisa elas ajudam os vizinhos, né? Aqui na cidade é bem diferente, aqui é como tem aquele ditado “é cada um por si e Deus pra todos” [...]” (Idem).

As dinâmicas e os antagonismos sociais que compõe a vida social destes sujeitos, algumas vezes, os induz a ver uns aos outros como rivais, e não como trabalhadores que

compartilham a experiência de serem trabalhadores pobres e de viver numa constante luta de classes. Luta essa que teria como oposição os setores das classes dominantes que tende a oprimir e explorá-los.

As narrativas apontavam para as condições de trabalho nestas empresas e como o trabalho podia interferir em suas vidas, aspectos que aprofundarei no decorrer da tese, enfatizando os significados e os sentidos do trabalho para os trabalhadores do setor de confecções têxteis e do vestuário de Santa Helena. As lutas cotidianas, os dilemas da busca pela sobrevivência na cidade fundamentam as relações que esses trabalhadores estabeleciam com a cidade e a percepção do lugar social que ocupavam.

A conexão que os trabalhadores estabeleceram entre trabalho, família e prática religiosa, constituía um modo de viver e conduzir a vida, buscando elementos e relações fora do trabalho para dar um sentido à vida e ao próprio trabalho¹⁵.

Nesta linha de pensamento, compreender as relações do mundo dos trabalhadores e do trabalho é buscar no conjunto das dinâmicas da vida desses sujeitos, o constante processo de sua formação.

¹⁵ A concepção de “trabalho ampliado” desenvolvida por Enrique de La Garza Toledo, ajuda na compreensão dessas questões, uma vez que ele leva em consideração as diferentes dimensões do trabalho, compreendendo-o como algo que ultrapassa a restrita relação entre trabalho industrial salariado (TOLEDO, Enrique de La Garza. Do conceito ampliado de trabalho ao conceito ampliado de sujeito trabalhador. Tradução: Antônio Bosi. In: Tempos Históricos – Dossiê: *Trabalho, Cultura e Poder*. Volume 11, 2º Semestre/2007. pp.11- 20).

FONTES:**Entrevistas orais:**

Ana, 42 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 10/01/2012.

Conceição, 33 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 06/01/2012.

Eva, 49 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 04/11/2011.

Maria Rita, 27 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 06/02/2012.

Rebeca, 60 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 29/11/2011.

Simeão, 65 anos. Entrevista concedida a Rosane Marçal da Silva. Santa Helena – PR, 13/11/2009.

Imprensa:

CÂMARA MUNICIPAL DOS VEREADORES DE SANTA HELENA, ata 666 de 01/08/1983

CÂMARA MUNICIPAL DOS VEREADORES DE SANTA HELENA, ata 1790 de 16/02/2004.

GIOVANELLA, Marcos T.; COPINI, Moacir. Santa Helena, ano 21: uma cidade turística. REVISTA NOVA FASE, editora educativa, Cascavel, 1988.

JORNAL COSTA OESTE. Cidade supera conflitos para crescer. Santa Helena, maio de 1996.

JORNAL COSTA OESTE. Globo mostrou Prodem de Santa Helena domingo. Santa Helena, abril de 1997.

JORNAL COSTA OESTE. Secretaria da Indústria e Comércio incentivará a economia. Santa Helena, junho de 1997.

PREFEITURA DE SANTA HELENA; JORNAL COSTA OESTE. Santa Helena, pronta para o terceiro milênio. Fotos de Tarcísio Koch, 1996.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. O modo de vida dos novos operários: quando purgatório se torna paraíso. Fortaleza: editora UFC, 2005.

LANGARO, Jiani Fernando. Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do oeste do Paraná. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

SILVA, Rosane Marçal da. Trabalhadores e luta por moradia em Santa Helena - PR (décadas de 1990 e 2000). Dissertação (mestrado) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, 2011.

SOUZA, Edson Belo C. de. A (Re)produção da região do Lago de Itaipu. Cascavel: Edunioeste/Coluna do Saber, 2009.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: Miséria da teoria, ou um planetário de erros. Rio de Janeiro. Zahar Editores S. A, 1981.

TOLEDO, Enrique de La Garza. Do conceito ampliado de trabalho ao conceito ampliado de sujeito trabalhador. Tradução: Antônio Bosi. In: Tempos Históricos – Dossiê: *Trabalho, Cultura e Poder*. Volume 11, 2º Semestre/2007.